

TEOLOGIA REFORMADA E PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS: JUNTOS CONTRA O CETICISMO HERMENÊUTICO PÓS-MODERNO

*Marcos Campos Botelho**

RESUMO

O conceito calvinista da graça comum deve nos ajudar a reconhecer a necessidade de sermos auxiliados pelo conhecimento secular, como meio de aprofundarmos a nossa teologia e como exercício de uma estratégia apologética contra os ataques da cultura pós-moderna à genuína fé cristã. Chamamos isso de interdisciplinaridade: significa estabelecermos pontos de contato com o pensamento secular. Logicamente, esses pontos são aqueles de interesse comum, os quais podem ser utilizados para o benefício e não o prejuízo da nossa confissão. Encontramos um bom exemplo disso na hermenêutica. Em dias de ceticismo quanto aos significados, encontramos diversos pensadores que também elaboraram críticas ao ceticismo, ou que, em suas teorias, formalizaram idéias que nos ajudam a compreender e responder melhor esse desafio. O realismo hermenêutico traz uma resposta à altura contra os ataques do idealismo hermenêutico, sem dúvida um dos maiores desafios ao conceito das Escrituras como Palavra de Deus em nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE

Hermenêutica; Interpretação; Realismo; Idealismo; Significado; Sentido; Pós-modernidade.

INTRODUÇÃO

Necessitamos urgentemente de interdisciplinaridade entre a teologia e outras áreas do conhecimento humano. Isso não significa fazer concessões,

* O autor é graduado em Teologia e mestre em Filosofia. É professor do Seminário Presbiteriano Brasil Central, em Goiânia.

abrindo mão de princípios ortodoxos em favor de um conhecimento científico moderno produzido por métodos críticos que negam aspectos fundamentais da verdade bíblica. Podemos exemplificar isso com relação à hermenêutica. Vanhoozer chama a atenção para essa necessidade afirmando que “atualmente, há mais razões do que nunca para que os teólogos estabeleçam diálogos com outros estudiosos da cultura contemporânea. As questões com as quais os filósofos e teóricos literários estão lidando são interdisciplinares e fundamentais para nossa humanidade comum”.¹ Encontramos a percepção disso em Calvino, que colocou os estudos filosóficos e literários numa categoria do conhecimento das “coisas terrenas”, aquelas áreas do conhecimento que têm significado e nexos em relação à vida presente. Calvino reconhece a graça comum, ou seja, os dons divinos colocados a nossa disposição por meio desse conhecimento.² “Quantas vezes, pois, entramos em contato com escritores profanos, somos advertidos por essa luz da verdade que neles brilha admirável”.³ Assim, percebemos claramente o princípio agostiniano sobre a verdade em Calvino, que diz: “Se reputarmos ser o Espírito de Deus a fonte única da verdade, a própria verdade, onde quer que ela apareça, não a rejeitaremos, nem a desprezaremos, a menos que queiramos ser insultuosos para com o Espírito de Deus”.⁴ Portanto, é nosso dever colocar a serviço da interpretação bíblica todo conhecimento verdadeiro, mesmo que ele venha de escritores descrentes, pois são dádivas da graça de Deus para a nossa assistência. Calvino julgou ser tão importante a utilização deste conhecimento que, se nós o rejeitarmos ou o menosprezarmos, será um insulto de nossa parte para com o Espírito de Deus.

A teologia reformada tem pontos de interesse comuns na área hermenêutica com pensadores de diversos seguimentos da filosofia e da crítica literária. O significado representa o valor do texto literário para a filosofia e a ciência, e negá-lo equivaleria a se opor ao progresso científico. Os reformadores, como Calvino, são reconhecidos por suas contribuições para o avanço da ciência moderna. Pearcey e Thaxton citam Andrew Dickson White, segundo o qual houve uma divergência entre Calvino e a ciência de Copérnico. White diz que Calvino se opôs ao astrônomo citando o Salmo 93.1 e perguntando quem colocaria a autoridade de Copérnico acima da autoridade do Espírito.⁵ Porém, segundo afirmam os historiadores, não há nenhuma evidência de que Calvino tenha atacado Copérnico em seus materiais escritos.

¹ VANHOOZER, Kevin. *Há um significado neste texto?* São Paulo: Editora Vida, 2005, p. 39.

² CALVINO, João. *As Institutas*. Edição Clássica. Cultura Cristã, 2006, vol. II, p. 41.

³ Ibid., p. 43.

⁴ Ibid.

⁵ PEARCEY, Nancy B.; THAXTON, Charles B. *A alma da ciência: fé cristã e filosofia natural*. São Paulo: Cultura Cristã, 2005, p. 39.

O significado literário tem relação com o significado da própria vida. Negar a realidade objetiva do significado de um texto é, por assim dizer, negar que exista uma realidade externa objetiva, dizer que não há uma existência independente de todas as nossas representações. Isso implicaria na negação do mundo como obra das mãos de um Criador e resultaria num cosmos destituído de significado objetivo. Com isso, percebemos a importância da discussão teológica e o exame dos pressupostos filosóficos para a hermenêutica. O propósito deste artigo é duplo: criticar o ceticismo do idealismo hermenêutico e, ao mesmo tempo, estabelecer as relações do realismo hermenêutico reformado com outras correntes do pensamento secular, a fim de demonstrar que, do ponto de vista da graça comum, podemos dialogar com o mundo a favor dos princípios eternos de Deus revelados em sua Palavra.

1. IDEALISMO HERMENÊUTICO

Esse diálogo da teologia com os pressupostos e as crenças filosóficas e críticas literárias nos permitirá responder ao desafio do ceticismo, o ponto de vista segundo o qual não podemos afirmar que o significado preceda a atividade interpretativa, isto é, que toda a verdade de uma hermenêutica depende da construção do leitor. Essa posição é chamada de idealismo hermenêutico. Para essa análise é preciso uma visão crítica do nosso tempo chamado pós-moderno. Para os fins deste artigo, pós-modernismo é tudo aquilo que resultou em termos culturais do pensamento moderno. Ele representa a massificação de idéias difundidas a partir do século 16 e agora presentes em nossa era na forma de sofisticação intelectual e ao mesmo tempo de senso comum.

1.1 O idealismo epistemológico

Talvez a versão mais famosa do idealismo moderno, devido a sua influência, tenha surgido da filosofia de Immanuel Kant, que pensava que aquilo que ele chamava de “mundo fenomenal” – o mundo dos planetas, mares, rios, árvores e assim por diante – consistia inteiramente em nossas representações. Esse mundo é empírico ou *a posteriori*. O conhecimento empírico reduz-se aos dados fornecidos pelas experiências sensíveis. É por isso que Kant afirma que “o nosso conhecimento começa com a experiência”.⁶ Assim, ele diz que “o objeto indeterminado de uma intuição empírica denomina-se fenômeno”.⁷ Mas Kant também pensava que realmente existe outro mundo por trás de nosso mundo dos fenômenos, um mundo de “coisas em si”, um mundo de puras representações em que não é possível encontrar nada que pertença à sensação e, por isso, é *a priori*.⁸ Todavia, por causa dessa característica, esse mundo

⁶ KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1999, p. 53.

⁷ *Ibid.*, p. 71.

⁸ *Ibid.*, p. 72.

nos é totalmente inacessível; não podemos sequer falar sobre ele com algum significado. O mundo empírico, das montanhas, florestas, placas tectônicas, etc. é na verdade um mundo de fenômenos, de como as coisas se mostram a um sujeito. A aparência é tudo aquilo a que tenho acesso neste mundo e não a realidade em si mesma. Essa formulação epistemológica do século 18 foi revolucionária e muniu de argumentos todas as formas de antirrealismo.

Na história do pensamento, vários grandes filósofos contemporâneos foram atraídos pelo idealismo em suas diferentes versões. Hilary Putnam, por exemplo, afirmou: “Se é preciso usar uma linguagem metafórica, que a metáfora seja esta: a mente e o mundo, juntos, criam a mente e o mundo”.⁹ Jacques Derrida escreveu: “Não existe nada fora dos textos”.¹⁰ Nas universidades, principalmente nas disciplinas das ciências humanas, é comum se afirmar o princípio de que um mundo real não existe e a ciência natural repousa sobre a mesma base das ciências humanas. A realidade é apenas uma invenção – uma interpretação social destinada a oprimir os elementos marginalizados da sociedade.

1.2 O perspectivismo

O perspectivismo é uma versão mais recente desse idealismo e é o modo epistemológico dominante da vida intelectual contemporânea. A ideia difundida por ele é de que nosso conhecimento da realidade nunca é sem mediação: é sempre mediado por um ponto de vista, por um conjunto específico de predileções ou por motivos políticos e ideológicos. O conhecimento tem um caráter perspectivo: as pessoas constroem o conhecimento segundo seu próprio ponto de vista com suas próprias pressuposições e concepções.

1.3 O relativismo conceitual

Outra ramificação do idealismo é o relativismo conceitual. Seu pressuposto é que os nossos conceitos sobre a realidade são criados por nós, seres humanos. O problema, segundo o relativismo conceitual, é que não temos acesso à realidade externa a não ser por intermédio de nossos conceitos. Assim, conclui-se que estruturas conceituais diferentes fornecem descrições diferentes da realidade, e essas descrições não estão de acordo umas com as outras. Por exemplo, se me perguntam: “Quantos objetos existem numa sala de aula?”, posso contar as diversas carteiras, mesa, utensílios menores e assim por diante. Em relação a outro esquema conceitual, que não faz distinção entre os elementos de um conjunto de móveis, mas trata o conjunto como uma entidade, haverá uma resposta diferente. Então o relativista conceitual afirma que não há somente uma resposta para nossas perguntas sobre a realidade, que não existe fato exceto em relação a um esquema conceitual.

⁹ PUTNAM, Hilary. *The many faces of realism*. La Salle: Open Court, 1987, p. 1.

¹⁰ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, p. 158.

1.4 *Crítica do idealismo hermenêutico*

Não é difícil observar como essas diversas formas de idealismo alcançaram a hermenêutica, e “o que a pós-modernidade mais questiona é a noção de que os signos são indicadores confiáveis da real maneira de ser das coisas”.¹¹ O idealismo hermenêutico herda o mesmo tipo de ceticismo do idealismo tradicional sobre a realidade da natureza das coisas. Os idealistas hermenêuticos afirmam que as palavras, expressão do nosso pensamento, são relativas a uma perspectiva momentânea. Um significado único e determinado não existe, porque o que encontramos em um texto na verdade depende dos objetivos que o próprio intérprete carrega consigo. A crítica ao idealismo pode ser apresentada a partir da falta de discriminação de duas coisas: ontologia e epistemologia, objeto e sujeito.

Os idealistas hermenêuticos afirmam que o mundo representa nossas percepções e formulações na linguagem. O princípio básico do idealismo hermenêutico é que a realidade significativa de um texto é constituída pelas percepções e representações do intérprete. Será verdade que as experiências individuais do intérprete é que determinam o que o texto significa? Por que os idealistas pensam que as interpretações de um texto não dependem de uma realidade que existe de maneira independente do intérprete? Tratemos disso analisando o sentido dos termos epistemologia e ontologia.

A ordem epistemológica envolve as formulações conceituais e linguísticas que elaboramos no conhecimento sobre as coisas. A ordem ontológica diz respeito à existência das coisas e são elas que oferecem as condições necessárias para tornar as afirmações epistemológicas verdadeiras ou falsas. Na ontologia as coisas existem ou não existem, enquanto na epistemologia as coisas são verdadeiras ou falsas. Portanto, a ontologia não pode ser confundida com as descrições linguísticas epistemológicas. O problema surge porque a natureza epistemológica não pode ser identificada com a natureza ontológica; ela tem somente uma relação com a existência das coisas na correspondência entre o conhecimento demonstrado na linguagem e o mundo existente que as palavras descrevem. No entanto, são distintos.

Quando não existe separação entre esses elementos, os fatos em si passam a ser concebidos apenas como fenômenos descritos de uma maneira determinada e não como algo que tem existência própria antes mesmo de serem tratados pelo conhecimento de um sujeito. Observamos aqui que no idealismo hermenêutico as coisas que são próprias do ser, portanto, da ontologia, o mundo externo, são lançadas apenas para o campo das descrições de como conhecemos e percebemos os fenômenos. Precisamos estar certos de que podemos construir linguisticamente proposições para afirmar realidades, mas

¹¹ VANHOOZER, *Há um significado neste texto?*, p. 49.

isso não significa que estamos construindo as realidades com as proposições. As coisas (ontologia) existem independentemente da construção linguística do conhecimento (epistemologia). Assim, sabemos que precisamos da linguagem para descrever ou afirmar as coisas no mundo, mas a constatação da nossa necessidade da linguagem para afirmar os fatos não implica que os fatos descritos em palavras não possuam existência ontológica independente dos conceitos linguísticos epistemológicos.

Assim, aceitar o postulado de que a salvação ensinada na Bíblia é para os que crêem em Cristo é o mesmo que aceitar o postulado de que a Bíblia ensina que a salvação dos homens é universal. Isso simplesmente são formas descritivas da linguagem e elas podem ser tanto verdadeiras como falsas, dependendo da sua correspondência com a realidade apresentada nas Escrituras. No entanto, a existência ou não dessas realidades do texto da Bíblia não depende de nós: elas existem ou não independentemente da nossa aceitação. O que depende de nós como intérpretes é aceitar ou rejeitar tanto o postulado que diz que a salvação é universal como aquele que afirma que a salvação é somente para os que crêem em Cristo.

Portanto, a questão para a qual o argumento da hermenêutica idealista busca oferecer uma base de interpretação é meramente uma construção linguística, e não uma questão de fato. Trata a respeito de como podemos falar sobre as coisas, nada tendo a ver com a natureza das coisas. Um fato muito curioso é a maneira como o idealismo hermenêutico procura sustentar que a questão toda não é lidarmos com realidades no texto, mas que tudo consiste puramente em maneiras de falar a respeito do texto. Nesse sentido, tudo o que falamos sobre os textos seria meramente um postulado verbal. Se uma pessoa diz que o texto X significa A e outra pessoa prefere dizer que o texto X significa B, então elas sempre estarão discutindo sobre palavras, sobre suas preferências de palavras. Isso sempre levaria ao absurdo lógico. Não poderíamos dizer nada sobre a verdade ou a falsidade do significado de um texto. O próprio idealista perderia a razão da argumentação em favor de sua interpretação. O que realmente acontece é que não usamos as palavras ao sabor dos nossos caprichos individuais, ao menos num sentido puramente banal.¹²

A outra confusão reside na relação objeto e sujeito. No idealismo hermenêutico a afirmação de que sem o sujeito não há nenhum conhecimento equivale a dizer que sem o sujeito não existe absolutamente nada. Assim, o argumento vai além do que simplesmente afirmar que a realidade é observada

¹² AUSTIN, J. L. *Sentido e percepção*. Martins Fontes: São Paulo, 1993, p. 88. Para exemplificar isso, Austin utiliza o exemplo do livro de Lewis Carroll, o mesmo exemplo de Walter Kaiser Jr. no início do capítulo 2 de sua *Introdução à hermenêutica bíblica*. O personagem Humpty Dumpty diz: “When I use a word, it means just what I choose it to mean – neither more nor less” (Quando uso uma palavra, ela significa simplesmente o que escolhi que significasse – nem mais nem menos).

subjetivamente; afirma mais do que isso, que nós construímos a realidade segundo o ponto de vista de cada um individualmente. A primeira coisa que devemos notar é o reconhecimento de que a realidade somente pode ser conhecida a partir de um ponto de vista. Não existe uma visão de nenhum ponto de vista: ela sempre será de um ponto de vista de alguém, ou de algum sujeito. No entanto, é outra coisa muito diferente afirmar que em virtude de as coisas serem percebidas a partir de um ponto de vista, isso signifique que as coisas só existem, ou são constituídas, a partir do ponto de vista do sujeito. Na verdade, o nosso ponto de vista é da observação do objeto e não da criação dele. Assim também é o fato do sujeito, dentro do seu ponto de vista, lendo um texto: ele analisa o sentido presente no texto como um observador e não um construtor, como se o significado dependesse das suas próprias percepções.

Se tivermos a preocupação de defender o realismo hermenêutico contra os ataques do idealismo, então necessitamos entender, em primeiro lugar, que o realismo da natureza das coisas necessita ser resguardado. Assim poderemos defender o princípio fundamental da hermenêutica reformada, de que no texto das Escrituras existe uma realidade independente da perspectiva do leitor. Essa realidade nos é apresentada na forma intencional pela qual o texto foi escrito, com o objetivo de que lêssemos e compreendêssemos tal propósito. O alvo da interpretação é esclarecer o sentido pretendido pelo autor.

2. REALISMO HERMENÊUTICO

O realismo hermenêutico é o pressuposto dos princípios interpretativos da teologia reformada, o qual tem relação com o pensamento de teóricos de outras áreas do conhecimento. Devemos nos lembrar que essa relação é estabelecida por Calvino nas *Institutas*, quando ele discute a epistemologia e a maneira como o ser humano adquire o conhecimento sobre Deus e sobre si mesmo.¹³ O ser humano, mesmo caído e pervertido de sua integridade, ainda assim continua revestido com as dádivas de Deus. Por isso, não devemos rejeitar a verdade nem desprezá-la onde quer que ela se manifeste.

O pressuposto principal da hermenêutica reformada é o realismo, que afirma que existe algo anterior e independente da interpretação, algo que está no texto, que pode ser conhecido e pelo qual o intérprete é responsável por conhecer.¹⁴

2.1 A intenção autoral e a intencionalidade de John Searle

Kaiser Jr., identificando o significado como intenção, afirma: “Ao falar de significado como intenção, não pretendemos entrar na mente, na psicologia ou nos sentimentos do autor. Não temos nenhuma forma de obter ou controlar

¹³ CALVINO, *As Institutas*, p. 43.

¹⁴ *Ibid.*, p. 33.

tal informação”.¹⁵ A tentativa de estabelecer uma hermenêutica com base na descoberta psicológica do autor foi defendida por Schleiermacher. Sua sistemática compõe-se de dois elementos: interpretação gramatical e psicológica. O método para a interpretação psicológica congrega-se em torno da investigação do aparecimento do pensamento dentro da totalidade da vida de um autor.¹⁶ Para ele, o intérprete deve aproximar-se o mais possível da estrutura intelectual ou espiritual do autor. O problema da psicologização de Schleiermacher é que ela não nos oferece subsídios concretos para a definição de uma intenção autoral, indo muito além e afirmando ser possível compreender o autor melhor do que ele compreendeu a si próprio. Se a intenção autoral não é descobrir as estruturas psicológicas, então o que é?

Na teoria da intencionalidade do filósofo americano John Searle, intenção e pretender são apenas formas de intencionalidade entre outras e por isso não possuem nenhum estatuto especial. “A intencionalidade é a característica de certos estados e eventos mentais que os faz se direcionar a, tratar de, pertencer a ou representar outras entidades e estados de coisas”.¹⁷ Sendo assim, tudo aquilo que se dirige a alguma coisa ou algum estado de coisa é intencionalidade. Crenças, desejos, sentimentos, dúvidas, imaginação, pensamentos, vontade, etc. Searle afirma que essa intencionalidade é original ou intrínseca e por isso é irreduzível e deve ser entendida literalmente.¹⁸

Mas há outro tipo de intencionalidade que Searle chama de derivada, justamente porque ela surge da original – essa tem uma relação com o significado. Assim, quando nos expressamos de forma linguística transferimos nossas intencionalidades intrínsecas para as palavras a fim de que elas sejam carregadas de significados. Isso responde a questão de como passamos da física (uma rajada de som de nossas cordas vocais ou de símbolos por meio de tinta num papel) para a semântica. Em outras palavras: “Qual a natureza da intenção complexa em ação que faz com que a produção desses sinais gráficos ou sonoros seja algo mais que a simples produção de sinais gráficos e sons?”¹⁹ A resposta para essa questão se encontra na intenção que colocamos nas palavras, ou seja, temos a intenção de que a produção dos sinais e dos sons seja a realização de um ato de fala.

Quando falamos temos a intenção de dizer algo, quando escrevemos queremos dizer alguma coisa e não qualquer coisa. Quando afirmamos que “está chovendo” não queremos e não temos a pretensão de querer dizer que “hoje é

¹⁵ KAISER, C. Walter Jr.; SILVA Moisés. *Introdução à hermenêutica bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p. 35.

¹⁶ BLEICHER, Josef. *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 28.

¹⁷ SEARLE, John. *Consciência e linguagem*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010, p. 121.

¹⁸ *Ibid.*, p. 122 e 123.

¹⁹ SEARLE, John. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 228.

segunda-feira”. Podemos construir uma proposição utilizando um conjunto de palavras para dizer uma coisa só, em meio a uma infinidade de possibilidades para dizer outras coisas. Escolhemos um conjunto de palavras determinadas porque elas expressam as nossas intenções, que por sua vez são expressas usando a linguagem apropriadamente. Assim, Searle complementa: “A chave do problema do significado é perceber que, na realização do ato de fala, a mente impõe intencionalidade à expressão física do estado mental expressando as mesmas condições de satisfação do próprio estado mental”.²⁰

É pela intenção do autor que posso reconhecer o significado de um texto. Assim, “a intenção do autor determina se as palavras devem ser entendidas literalmente ou figurativamente”.²¹ As nossas intenções limitam o significado da linguagem. Qual a diferença entre um texto ficcional e um literal? Certamente não está na sintaxe ou na semântica, mas está na intenção do autor em querer que o texto tivesse essa característica. “O critério para identificar se um texto é ou não uma obra de ficção deve necessariamente estar fundado nas intenções elocucionárias do autor. Não há nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica que identifique um texto como uma obra de ficção”.²² Essa base é importante para a compreensão do que queremos dizer com intenção autoral. É o reconhecimento de que nas palavras estão impressas nossas intenções de crenças, desejos, vontades, etc. Um autor pode deixar obscura sua intenção por duas razões: como intenção deliberada para cumprir objetivos literários ou através da construção de um texto mal elaborado, tornando o mesmo não inteligível.

2.1 *Interpretação objetiva versus interpretação especulativa em Emilio Betti*

Emilio Betti (1890-1968), jurista e filósofo italiano, ao longo de sua carreira intelectual demonstrou grande preocupação com a área hermenêutica. Podemos sintetizar sua teoria geral dizendo que a interpretação para ele representava um meio para alcançar a compreensão: “O processo de interpretação destina-se a resolver o problema epistemológico da compreensão. Estabelecendo a conhecida distinção entre ação e efeito, processo e seu resultado, podemos tentar caracterizar a interpretação como o processo que visa e resulta na compreensão”.²³

Com o seu método hermenêutico, a grande preocupação de Betti era defender uma interpretação objetiva e livrá-la de uma meramente especulativa.

²⁰ Ibid., p. 229.

²¹ KAISER e SILVA, *Introdução à hermenêutica bíblica*, p. 36.

²² SEARLE, John. *Expressão e significado*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002, p. 106.

²³ BETTI, Emilio. *A hermenêutica como metodologia geral das Geisteswissenschaften*. Em: BLEICHER, Josef (Org.). *Hermenêutica contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 83.

Assim sendo, iremos encontrar neste pensador, pontos de interesse comum com os pressupostos da hermenêutica reformada. O processo de interpretação, segundo Betti, é constituído por uma constante interação entre sujeito e objeto. O objeto é constituído por objetivações da mente e cabe ao intérprete reconhecer e reconstituir as idéias, a mensagem e as intenções nelas presentes. Essa relação sempre acontece dentro de uma tensão constante entre sujeito e objeto.²⁴ No entanto, sabendo que o sujeito é o responsável pela interpretação, não se conclui daí que a interpretação seja subjetiva. Isso devido à consideração de Betti de que o significado do texto possui autonomia em relação ao sujeito, mesmo que o sujeito seja um participante ativo na interpretação.

As formas significativas têm de ser consideradas autônomas e compreendidas de acordo com a sua própria lógica de desenvolvimento, as ligações pretendidas, bem como a sua necessidade, coerência e caráter conclusivo; deveriam ser avaliadas de acordo com os parâmetros imanentes na intenção inicial: quer dizer, a intenção a que as formas criadas deveriam corresponder, do ponto de vista do autor e do seu impulso formativo no processo de criação; donde se conclui que não devem ser avaliadas em termos da sua adequabilidade a qualquer outra finalidade externa que se possa afigurar relevante para o intérprete.²⁵

Essa tensão entre o sujeito e objeto nos faz lembrar a bem conhecida distinção estabelecida pelos teóricos literários entre sentido e significado.²⁶ Enquanto o sentido é fixo e determinado por aquilo que é representado no texto, o significado é a representação determinada de um texto para um intérprete. Podemos dizer que o papel do sujeito com sua experiência pessoal – o significado – não obstrui e nem fere a autonomia objetiva do texto – o sentido. A consequência drástica dessa presença subjetiva na interpretação, em virtude das variações nas situações individuais, é que a interpretação não poderá ser completa e definitiva, ela sempre estará se “construindo”. Um dia conheceremos as coisas de uma forma definitiva, mas “agora, vemos como em espelho, obscuramente; então, veremos face a face. Agora, conheço em parte; então, conhecerei como também sou conhecido” (1Co 13.12).

Com esse caráter objetivo na interpretação, Betti faz uma crítica ao argumento de Rudolf Bultmann que sustentava a tese de que a objetividade no conhecimento histórico nunca poderá ser alcançada, nem sequer no sentido de os fenômenos virem a ser conhecidos como são, “em si mesmos”; este “em

²⁴ Ibid., p. 85. Betti usa os termos “conflito” e “antinomia” como um processo dialético da interpretação na relação sujeito e objeto. O elemento subjetivo não pode ser separado da compreensão, mas é imprescindível a objetividade como alteridade do sentido a que se quer chegar.

²⁵ Ibid., p. 86-87.

²⁶ Distinção feita por E. D. Hirsch em seu livro *Validity in interpretation*, p. 8, apud KAISER, *Introdução à hermenêutica bíblica*, p. 39.

si” seria a ilusão da objetivação do pensamento.²⁷ Essa formulação nos faz pensar nas idéias de Kant como acima definidas. Significa que o idealismo hermenêutico era o pressuposto de Bultmann. Ele foi vítima daquela confusão entre sujeito e objeto, pois afirmava que os fenômenos históricos não possuem existência própria sem um sujeito chamado a compreendê-los. Sua conclusão é que a interpretação mais subjetiva é a mais objetiva.

Os argumentos são os mesmos no idealismo hermenêutico. Já tratamos desse erro que considera que conhecer uma realidade de maneira objetiva como ela é exige que ela seja conhecida a partir de nenhum ponto de vista. É óbvio que isso é falso. As coisas objetivas são conhecidas por sujeitos, portanto, a partir de pontos de vistas diferentes, mas isso não implica a subjetividade da realidade. Sobre isso diz Betti: “É preciso não esquecer que todo fenômeno apresenta uma série de aspectos, i. e., é significativo a partir de várias perspectivas e todo intérprete escolhe o tipo de investigação que lhe vai dar a informação pretendida”.²⁸ Geerhardus Vos nos auxilia a bater o martelo sobre essa discussão:

Tem sido sugerido que a descoberta dessa considerável variedade e diferenciação na Bíblia seja fatal à crença em sua autoridade absoluta e infalibilidade. Se Paulo tem um ponto de vista e Pedro outro, então cada um só pode, no máximo, estar aproximadamente correto. Isso seria correto se a verdade não carregasse em si mesma uma multiformidade de aspectos. Mas a infalibilidade não é inseparável da uniformidade enfadonha. A verdade é inerentemente rica e complexa porque Deus mesmo o é.²⁹

CONCLUSÃO

Uma regra básica da hermenêutica reformada é a aplicação do princípio *sensus litteralis*.³⁰ Essa regra sustenta a singularidade da Escritura como inspirada e infalível, e, ao mesmo tempo, que ela é escrita em linguagem puramente humana, por isso precisamos entendê-la objetivamente como qualquer outro texto. Isso nos leva ao “princípio da acomodação” de Calvino: Deus se ajustou às nossas capacidades mentais e intelectuais a fim de que pudéssemos conhecê-lo.³¹ Assim, é no respeito comum a toda e qualquer literatura, quer seja jurídica, científica, filosófica ou teológica, que a Palavra de Deus deve ser lida e compreendida. O fato de reconhecermos que o Espírito Santo nos auxilia em sua correta interpretação não nos isenta da responsabilidade de tratar as Escrituras gramática, semântica, sintática e textualmente.

²⁷ BETTI, *A hermenêutica como metodologia geral das Geisteswissenschaften*, p. 92.

²⁸ *Ibid.*, p. 95.

²⁹ VOS, Geerhardus. *Teologia bíblica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 19.

³⁰ SPROUL, R. C. *O conhecimento das Escrituras*. São Paulo, Cultura Cristã, 2003, p. 67.

³¹ McGRATH, Alister. *Apologética cristã no século XXI*. São Paulo: Editora Vida, 2001, p. 33.

Calvino afirmou que, em meio às subjetividades e relatividades do mundo e à transitoriedade desta vida, era necessário o registro da revelação de Deus em palavras a fim de que a verdade fosse claramente estabelecida. “Para que em perpétua continuidade de doutrina, a sobreviver por todos os séculos, a verdade permanecesse no mundo”.³² Assim como Calvino, também precisamos discernir a nossa época pela simples constatação de que as sutilezas do diabo estão cada vez mais sofisticadas. Hoje não é o caso de somente defender o registro da verdade como permanente, mas também temos a necessidade de defender que existe uma verdade no registro permanente das Escrituras.

ABSTRACT

The Calvinistic concept of common grace should help us to recognize the necessity of being aided by secular knowledge as a way of deepening our theology and as an exercise of an apologetic strategy against the postmodern attacks to the genuine Christian faith. We call this interdisciplinarity, a means of establishing points of contact with secular thought. Evidently, such points are those of common interest, which can be used for the benefit of our confession. We find a good example of this in hermeneutics. In days of skepticism regarding meaning, we can identify several thinkers who have been critics of skepticism and, in their theories, formalize ideas that help us to understand and better respond to this challenge. Hermeneutical realism provides an answer to the attacks of hermeneutical idealism, undoubtedly one of the main contemporary challenges to the concept of Scripture as God’s Word.

KEYWORDS

Hermeneutics; Interpretation; Realism; Idealism; Meaning; Sense; Post-modernity.

³² CALVINO, *As Institutas*, Vol. I, p. 72.